



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/10/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Declaro aberta a audiência pública, que está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, *links* TV Câmara, Auditórios On-Line. Além disso, as audiências públicas vêm sendo publicadas no Diário Oficial da cidade de São Paulo diariamente desde o dia 1º de outubro de 2015, e nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 5 de outubro, e *Folha de S.Paulo* no dia 6 de outubro.

Esta audiência pública vai apresentar os PLs 256/2014, 543/2014 e 261/2015.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Andrea Matarazzo.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Passemos ao PL 256/2014.

-“PL 256/2014, de autoria do Vereador Aurelio Nomura/Patrícia Bezerra. DISPOE SOBRE A INSTITUICAO DA "FEIRA DE TROCAS DE BRINQUEDOS" NO MUNICIPIO DE SAO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Renata Soares.

A SRA. RENATA SOARES – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, nobres Vereadores, demais presentes. Meu nome é Renata Soares, sou assessora do gabinete do Vereador Aurélio Nomura.

O Vereador Aurélio Nomura e a Vereadora Patrícia Bezerra apresentaram essa propositura com o objetivo de pais e filhos repensarem sobre as relações de consumo. Essas feiras já existem no Brasil desde 2012, tendo sido realizadas 320 feiras. E qualquer pessoa que pense no consumo consciente e na influência disso para as crianças pode organizar essa feira.

P – Quantas feiras já organizaram?

R – Trezentos e vinte.

P – Em quanto tempo?

R – Desde 2012.

P – Desde 2012, inclusive em Portugal. Existe um instituto, o Instituto Alana, e existe um *site* chamado feiradetrocas.com.br que apresenta a relação dos eventos por estado.

Tem desde Rio Grande do Sul até Manaus, e o objetivo da proposta é que esses eventos sejam feitos em parques municipais, nos CEUs, na Prefeitura. Dados da Abrinq mostram que, em 2014, existe uma relação de consumo de sete brinquedos por criança; este ano, oito brinquedos. Em média, no ano de 2015, serão lançados 1.500 brinquedos novos. Então crianças – como a crise existe, né – podem levar seus brinquedos em bom estado – não existe relação financeira, é uma troca – para uma ação colaborativa entre as crianças. Fora que nesses dias são feitas brincadeiras, jogos. Há uma interação com a família.

P – Mas aqui em São Paulo é feita alguma?

R – Existe na Casa das Rosas uma vez por mês. Se não me engano, no último final de semana. É bem interessante.

P – Muito interessante.

R – O Vereador viu uma reportagem sobre isso e achou que seria importante trazer essa iniciativa para os parques municipais, para os CEUs.

P – Muito interessante. Está bem.

R – Por isso eu conto com o apoio de vocês. Muito obrigada.

P – Muito obrigado a senhora. Obrigado pela apresentação, pelos esclarecimentos.

Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

A audiência pública do PL 256/2014 está concluída.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 543/2014, de autoria do Vereador Toninho Vespoli. DISPOE SOBRE REGISTRO E CERTIFICACAO DAS PROTESES E ORTESES COMERCIALIZADAS OU FORNECIDAS PELOS SERVICOS DE SAUDE PRIVADOS OU PUBLICOS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE SAO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.”

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra a Sra. Marília Natale Giroto, Subgerente de Produtos da Covisa. Só para eu entender: essa gerência de produtos é a que faz o controle de todos esses.

A SRA. MARÍLIA NATALE GIROTTO – Isso. A Covisa é a Coordenação de Vigilância em Saúde no Município, e a parte da vigilância sanitária desse órgão é composto de quatro setores – alimentos; serviços de saúde; produtos, cosméticos e saneantes; e o outro é serviços de saúde. Tem uma gerente que coordena os quatro setores, e cada setor tem um subgerente.

P – O quê? Cosméticos e?

R – Saneantes, os produtos de limpeza domésticos.

P – Desculpa, é para entendermos a estrutura.

R – E me pediram para que eu viesse representando a gerência, a Covisa, e para tirar alguma eventual dúvida em relação ao projeto de lei. Eu não conhecia o projeto, mas li seu conteúdo antes de vir, e ele tenta fazer com que, nas licitações, além de pedir a regularidade das empresas que fornecem os produtos, também seja pedido a regularidade desses produtos junto à Anvisa. E todas as órteses e próteses, que são considerados produtos de interesse à saúde, têm que ter uma regularidade junto à Anvisa – um cadastro ou um registro.

P – Ou seja, as empresas têm que ser cadastradas na Anvisa e o produto também.

R – Isso, as empresas.

P – Quer dizer, o produto tem que ter aquela certificação de especificação, projeto, etc.

R – É, ela tem que registrar ou cadastrar o produto no país, seja fabricante ou importador.

P – Deixa eu fazer uma pergunta: quando você faz uma prótese metálica, tem lá o número do registro dela?

R – Do fabricante você quer falar?

P – É, ou fabricante ou até o número mesmo da peça.

R – É assim: quando o fabricante vai fazer uma prótese, ele tem que registrar, ou cadastrar, dependendo do grau de risco do produto. Ele vai pedir esse cadastro para a Anvisa,

que vai emitir um número, e esse produto vai ter um número de regularidade.

P – Mas cada peça tem um número?

R – Sim.

P – Por exemplo, faz lá cinco fêmures de qualquer coisa...

R – É.

P – É o fêmur número 1, 2, 3, 4...

R – Daquele modelo.

P – Que nem chassi de automóvel?

R – É, existem particularidades, famílias de produtos, enfim, toda uma particularidade técnica.

P – Ou seja, uso um fêmur de metal, morri, e alguém acha que foi por causa do fêmur. Pega aquele fêmur, que tem lá o número, e vai poder localizar quem fez, quando foi vendido, etc.

R – Isso.

P – Interessante.

R – É a rastreabilidade do produto, mas não é esse número, né, porque esse número é de lote.

P – Muito interessante. Então a rastreabilidade tem?

R – Isso, existe.

P – Para marca-passo, para todas essas coisas?

R – Sim.

P – Ah, bacana.

R – Então o projeto em si fala em dois tópicos: o registro do produto e a certificação do Inmetro, que são duas coisas diferentes. Existem produtos que o Inmetro certifica, que emite um atestado de conformidade de produto, mas não são todos os produtos que o Inmetro certificada. São todos os produtos considerados para a saúde que devem

ter regularidade junto à Anvisa, de maior ou menor risco.

P – Então o projeto é bom?

R – O projeto é bom, sem dúvida.

P – Vamos dizer, a Covisa acharia legal ter isso aí.

R – Sim, porque vai dar uma maior segurança para os produtos adquiridos.

P – Então parabéns ao Vereador Toninho Vespoli.

Muito obrigado pela presença de vocês e pelos esclarecimentos, que vamos sempre aprendendo. E se precisarem de alguma coisa, ou acharem interessante qualquer projeto de lei, recomendem à gente aqui.

Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

A audiência pública referente ao PL 543/2014 está concluída.

Passemos ao item seguinte.

— - “PL 261/2015, de autoria do Vereador Reis. AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “MAIS JOVEM SÃO PAULO”, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE JOVENS PARA TRABALHAR EM DIVERSOS ÂMBITOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.”

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Sr. Diego.

O SR. DIEGO – Boa tarde a todos. Meu nome é Diego, sou assessor do Vereador Reis.

O PL 261/2015 autoriza a criação do programa *Mais Jovem São Paulo*, cuja intenção é estimular a contratação de estagiários por parte do Poder Público Municipal oriundos de escola pública, para estimular esses alunos a entrar no mercado de trabalho, ter novas oportunidades, sobretudo na atual conjuntura, com o aumento do desemprego.

P – Posso lhe pedir um segundinho?

R – Sim.

P – Queria agradecer muito à Dra. Maria Natale e à Sra. Cláudia Leal, ambas da

Covisa, da Secretaria Municipal de Saúde, pela presença e pelos esclarecimentos.

Desculpe, por favor. Continue.

R - Imagina, Sr. Vereador.

Então, acho que o projeto é muito oportuno para a cidade, inclusive agora, na atual conjuntura de esfriamento da atividade econômica. Então é para estimular os jovens a entrar no mercado de trabalho, dar alguma experiência de estágio no setor público, de forma que consideramos o projeto de suma importância para a cidade.

P – Jovens a partir de que idade?

R – De 16 a 18 anos.

P – Então você já está inscrito?

R – Eu já passei um pouquinho dessa fase.

P – E seria através de estágios?

R – Estágios no setor público, na administração direta e indireta.

P – Mas não tem hoje isso?

R – Tem pelo CIEE, mas a intenção é reservar 10% das vagas no funcionalismo público só para isso, inclusive com uma cota de 75% para alunos matriculados em escola pública.

P – Mas eu não entendi. Qual é o foco do programa?

R – Jovens de 16 a 18 anos, 75% deles de escola pública.

P – Sim, mas o CIEE já não manda para nós aqui?

R – Então, a gente não tem certeza de quantas dessas vagas são reservadas para estagiários. A intenção do projeto é reservar 10% de todas as vagas, todos os cargos do funcionalismo público, para estagiários.

P – Ah, para estagiários. Ou seja, das vagas que existem na administração pública, 10% seriam estagiários?

R – Jovens de 16 a 18 anos.

P – Perfeitamente. Mais alguma esclarecimento?

R – É isso, obrigado.

P - Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

A audiência pública referente ao PL 261/2015 está concluída.

Muito obrigado a todos os presentes. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Boa tarde a todos.
